# Relatório de atividades

# 2021

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

# SUMÁRIO


Mensagem do Presidente ..... 03
2021 em Números ..... 04
Legislativo ..... 06
Alesc e a Covid ..... 12
Destaques ..... 18
Leis Sancionadas ..... 24
Comissões Mistas ..... 37
Bancada Feminina ..... 42
Homenagens ..... 47
Escola do Legislativo ..... 59
PAB ..... 64
Institucional ..... 68
Comunicação ..... 74
Expediente ..... 81

# Um Parlamento forte e unido resulta em uma SC ainda melhor

2021 foi mais um ano de grandes dificuldades. A Covid-19 ainda foi o grande desafio, mas outra vez o catarinense mostrou sua garra e o quão aguerrido é! Levantou cedo, ergueu a cabeça e enfrentou. E junto a ele, o Parlamento Catarinense enfrentou o momento. A unidade entre os 40 deputados, deixando de lado a cor partidária, conversando com o governo catarinense, resultou em grandes ações para o Estado.

Foi um ano de gestão eficiente, com doação histórica aos cofres públicos: R$ 362 milhões. Recursos da economia de cada deputado, fruto de uma gestão modernizada com implantação de sistemas que deixaram de lado o papel.

De uma Alesc moderna com painéis solares e atenção ao meio ambiente.

A Assembleia esteve mais próxima da comunidade, ouvindo e respaldando grandes ações. Projetos como o Observatório da Mulher e a Defensoria Pública na sede da Alesc são algumas ações que atendem diretamente o catarinense.

Em 2021, a Alesc foi protagonista de relevantes discussões. Um exemplo foram os projetos que liberaram recursos dos cofres de SC para obras em rodovias federais. Com o apoio da Assembleia, o Governo do Estado destinou R$ 465 milhões para as BRs 470, 280, 163 e 285.

Os deputados ainda aprovaram mais centenas de projetos de lei em benefício dos catarinenses. Um ano difícil, porém produtivo, que ficará na história do nosso Estado. Com diálogo e unidade e uma Santa Catarina ainda mais forte!

**Deputado**
**Mauro de Nadal**
Presidente da Assembleia Legislativa
do Estado de Santa Catarina

# 2021 EM NÚMEROS

# Projetos votados e aprovados

Os deputados estaduais votaram, em 2021, 357 proposições em Plenário, entre projetos de lei (PLs), projetos de lei complementar (PLCs), mensagens de veto, propostas de emenda à Constituição (PECs), entre outros.

Foram aprovados 262 PLs, 26 PLCs, quatro PECs, seis projetos de resolução, sete projetos de decreto legislativo (PDLs) e admitidas 16 medidas provisórias (MPs). Os parlamentares apreciaram, ainda, 36 mensagens de veto do governador, sendo que 27 foram mantidos e nove derrubados.

As votações ocorreram em 129 sessões ordinárias e 40 sessões extraordinárias realizadas no decorrer de 2021. Nelas também foram apreciadas mais 6,6 mil indicações, moções, pedidos de informação e requerimentos.

Um total de 164 matérias foi arquivado, a maioria delas rejeitadas ainda na apreciação nas comissões permanentes na Casa.

## Produção

A Assembleia Legislativa recebeu no ano 627 proposições, além de outras 491 que estavam em tramitação em anos anteriores. Entre as matérias apresentadas neste ano, os deputados foram responsáveis por 417. Já o Poder Executivo apresentou 197 matérias.

Plenário Deputado Osni Régis, durante votação de projetos de lei

# LEGISLATIVO

# Novo presidente, nova mesa

O ano legislativo de 2021 começou com a eleição dos novos integrantes da Mesa Diretora do Parlamento catarinense. No dia 1° de fevereiro, o deputado Mauro de Nadal (MDB) foi eleito, por unanimidade, para a Presidência da Alesc e se transformou no 50° deputado a chefiar o Legislativo catarinense na era republicana. No discurso de posse, o novo presidente prestou homenagem às vítimas da pandemia da Covid-19. Ele destacou o compromisso com uma gestão compartilhada e harmoniosa com os demais deputados, focada na redução dos gastos públicos e na eficiência da produção legislativa.

"Valorizo nossa condição como políticos, de trazer as ideias da base e transformá-las em coisas produtivas para os catarinenses. Asseguro que todos terão importância fundamental para o sucesso dessa Presidência. Pensamentos e ideologias são diferentes, mas nossa caminhada é una, para frente, unidos na busca pelo crescimento e pelo bem de Santa Catarina", disse Nadal.

Além dele, foram eleitos para a Mesa o deputado Nilso Berlanda (PL), como 1° vice-presidente; Kennedy Nunes (PTB), o 2° vice-presidente; Ricardo Alba (PSL), 1° secretário; Rodrigo Minotto (PDT), 2° secretário; Padre Pedro Baldissera (PT), 3° secretário; e Laércio Schuster (Podemos), 4° secretário.

Deputado Mauro de Nadal encaminha-se para assumir a cadeira de Presidente da Alesc

# Comissões

O ano também foi marcado pela nova composição das comissões permanentes para o biênio 2021-2023. Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o deputado Milton Hobus (PSD) foi eleito, pela primeira vez, para a Presidência, substituindo Romildo Titon (MDB). A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público também escolheu novo presidente: Volnei Weber (MDB), em substituição a Paulinha (sem partido).

Na Comissão do Idoso, Sergio Motta (Republicanos) sucedeu Ricardo Alba (PSL). Na Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Marlene Fengler (PSD) substituiu Sergio Motta. Na Comissão de Proteção Civil, Jerry Comper (MDB) foi eleito no lugar de Milton Hobus. Coronel Mocellin (PSL) passou a comandar a Comissão de Segurança Pública, em substituição a Mauricio Eskudlark (PL). Por fim, na Comissão de Legislação Participativa, Paulinha deu lugar ao deputado Marcius Machado (PL).

Sala das Comissões, local das reuniões das comissões da Alesc

# Comissões

Em outros colegiados, os presidentes foram mantidos. São os casos da Comissão de Finanças e Tributação, com Marcos Vieira (PSDB); de Educação, Cultura e Desporto, com Luciane Carminatti (PT); de Saúde, com Neodi Saretta (PT); de Transportes e Desenvolvimento Urbano, com João Amin (PP); de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com Dr. Vicente Caropreso (PSDB); e de Prevenção e Combate às Drogas, com Ismael dos Santos (PSD).

Também foram reconduzidos à Presidência os deputados Fernando Krelling (MDB), na Comissão do Mercosul; Jair Miotto (PSC), na Comissão de Economia; Ada de Luca (MDB), na Comissão de Direitos Humanos; José Milton Scheffer (PP), na Comissão de Agricultura e Política Rural; Felipe Estevão (PSL), na Comissão de Pesca e Aquicultura; e Ivan Naatz (PL), na Comissão de Turismo e Meio Ambiente.

Deputado Jair Miotto, presidente da Comissão de Economia da Assembleia

# Suplentes

Em 2021, deputados suplentes puderam exercer o mandato na Assembleia Legislativa, em substituição aos titulares, que se afastaram para exercer cargos no primeiro escalão do Poder Executivo ou se licenciaram por motivos particulares.

No começo do ano, Altair Silva (PP) se licenciou para ocupar a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural. Sua vaga foi ocupada por Silvio Dreveck (PP). Logo após, Luiz Fernando Vampiro (MDB) assumiu a Secretaria de Estado da Educação, deixando espaço para Dirce Heiderscheidt (MDB) retornar à Assembleia.

Ainda no começo de 2021, Tati Teixeira (MDB) permaneceu na Alesc por 30 dias, em substituição a Mauricio Eskudlark (PL). Em março, Julio Garcia (PSD) tirou licença de 60 dias e Jean Kuhlmann (PSD) retornou temporariamente à Assembleia.

Em agosto, Coronel Mocellin se licenciou por 60 dias e abriu espaço para que Tiago Frigo e Rudinei Floriano, ambos do PSL, exercessem o mandato por 30 dias, cada.

Em setembro, Padre Pedro Baldissera (PT) também se afastou por 60 dias do mandato, o que possibilitou a Adriano de Martini (PT) ocupar uma cadeira na Alesc pelo mesmo período.

Jean Kuhlmann, que assumiu o mandato de deputado entre março e abril

# Mauro de Nadal assume governo

Em novembro, entre os dias 5 e 12, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Mauro de Nadal (MDB), assumiu o governo do Estado. Ele substituiu o governador Carlos Moisés da Silva (sem partido), que estava em viagem à Escócia para participar da Conferência do Clima da ONU (COP-26), e a vice-governadora Daniela Reinehr (PL), que viajou para o Emirados Árabes Unidos em missão oficial.

No período em que foi governador de Santa Catarina, Nadal recebeu prefeitos e autoridades nacionais e internacionais, além de liberar recursos para investimentos no Oeste do estado. O governador em exercício também sancionou leis, entre elas a Lei 18.250/2021, que estabelece os requisitos exigidos para a elaboração do Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Queijo Colonial Artesanal de Leite Cru e facilita a fabricação do produto por pequenos agricultores.

Mauro de Nadal ocupou a chefia do Executivo estadual em novembro

# ALESC E A COVID

# De novo, a pandemia

No ano de 2021, a pandemia da Covid-19 seguiu como um desafio ainda maior que o enfrentado em 2020. Logo ao assumir a Presidência da Alesc, o deputado Mauro de Nadal (MDB) anunciou a doação de R$ 20 milhões de recursos dos cofres do Parlamento estadual à Secretaria de Estado da Saúde para auxiliar o Oeste de Santa Catarina no enfrentamento da pandemia. Em fevereiro, a região viveu o colapso da rede hospitalar, em função da explosão do número de casos. O dinheiro foi destinado para investimentos em equipamentos e insumos.

O assunto Covid-19 foi recorrente nos pronunciamentos dos deputados, principalmente no primeiro semestre do ano, quando o Estado enfrentou fila de espera nos leitos de UTI, além do aumento no registro de mortes. Os parlamentares cobraram mais recursos e a aceleração do processo de vacinação, iniciado em fevereiro.

Posto de vacinação no formato drive-thru em Florianópolis

# Mobilização

A Comissão de Saúde da Assembleia criou um grupo de trabalho para possibilitar a participação do Parlamento no combate à pandemia no estado. A Bancada do Oeste, formada por deputados que representam o Oeste e o Extremo Oeste na Alesc, também se mobilizou para socorrer as regiões. A Alesc também participou de reuniões com representantes dos outros poderes e órgãos do Estado, além de prefeitos, para tratar do enfrentamento da doença, além de ouvir o secretário de Estado da Saúde, André Motta Ribeiro, em várias ocasiões.

A situação da economia do Estado também esteve no foco do Parlamento, que promoveu reuniões entre os setores mais atingidos pela pandemia e o governo, na busca por auxílio financeiro e elaboração de protocolos sanitários que permitissem a retomada segura de algumas atividades.

Nas votações, deputados deram celeridade aos projetos encaminhados pelo Executivo que tratavam das ações para enfrentamento da Covid-19. Um dos destaques foi a conversão em lei da medida provisória (MP) que instituiu o auxílio financeiro para as pessoas que tiveram sua renda prejudicada pela pandemia, denominado SC+Renda.

Dependências da Assembleia Legislativa passam por sanitização em função da Covid-19

# Projetos de lei

Os deputados apresentaram vários projetos de lei com o objetivo de auxiliar o Estado e a população no enfrentamento à pandemia. O deputado Ivan Naatz (PL) sugeriu punições para os casos em que houvesse o descumprimento na ordem de prioridades na votação da Covid-19.

O deputado Felipe Estevão (PSL) propôs tornar obrigatória a divulgação da relação das pessoas imunizadas, com o objetivo de dar transparência ao processo e evitar casos de fura-fila. A Bancada do PT apresentou proposta para colocar os profissionais da educação como grupo prioritário para possibilitar a retomada das aulas presenciais. Já o deputado Valdir Cobalchini (MDB) sugeriu a autorização para a compra de vacinas pela iniciativa privada, mediante doação de parte da aquisição para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Deputado Fabiano da Luz, líder da Bancada do PT na Alesc

## As leis

O deputado Milton Hobus (PSD) apresentou propostas para isentar de ICMS o transporte de vacinas, a compra de oxigênio hospitalar e os medicamentos utilizados na intubação de pacientes nas UTIs. As matérias foram transformadas em lei pelo Executivo.
Outra proposta relacionada à Covid que foi transformada em lei inseriu as lactantes no grupo prioritário de vacinação, de autoria do deputado João Amin (PP). Também foi sancionada a proposta do deputado Neodi Saretta (PT) que autorizou o Estado a comprar vacinas contra o coronavírus diretamente dos fornecedores, sem a necessidade de intermediação da União, com o objetivo de acelerar a imunização em Santa Catarina.
Os deputados também aprovaram projetos do Executivo voltados à recuperação do setor produtivo, entre eles o Programa Catarinense de Recuperação Fiscal de 2021 (Prefis-SC/2021), pelo qual empresas em débito com o Fisco estadual poderão refinanciar eventuais débitos fiscais gerados durante a pandemia. A redução chegou a 90% do valor das multas e juros.
Outra proposta aprovada tratava do parcelamento de dívidas de ICMS em até 10 anos. A medida beneficiou As empresas de transporte de passageiros e de cargas e às pertencentes aos demais setores impactados pelos decretos de restrição de atividades em função da pandemia da Covid-19.

Deputado Milton Hobus foi o autor de leis sobre isenção de ICMS relacionado à Covid

# Lição de casa

Internamente, a Assembleia adotou medidas para conter o avanço da doença em suas dependências. As sessões plenárias e as reuniões de comissões foram mantidas no formato híbrido, ou seja, com a participação dos deputados de forma presencial ou via videoconferência. O atendimento ao público externo foi temporariamente suspenso e os servidores do chamado grupo de risco permaneceram em trabalho remoto, com rodízio de colaboradores nos setores administrativos.

Parlamento utilizou o recurso das reuniões por videoconferência durante o auge da pandemia

# DESTAQUES

# Os principais temas do ano

Além do enfrentamento à Covid-19, outros assuntos relevantes mobilizaram a Assembleia Legislativa no decorrer de 2021. Os parlamentares lidaram com assuntos que mobilizaram a opinião pública e interferiram na vida de muitos catarinenses.

Em março, o governo estadual encaminhou projetos de lei para a liberação de recursos dos cofres de Santa Catarina para obras em rodovias federais, como a duplicação da BR-470, no Vale do Itajaí, e a recuperação da BR-163, no Extremo Oeste. O Executivo argumentou que a conclusão dessas obras é importante para a economia catarinense, o que justificava o uso de recursos estaduais.

O assunto foi discutido pelos deputados nas reuniões das comissões e em plenário. Embora reconhecessem a necessidade de conclusão das obras federais, parlamentares ressaltaram que as rodovias estaduais também necessitam de investimentos. Mesmo assim, os projetos foram aprovados. Além dos recursos para a BR-470 e a BR-163, a Assembleia incluiu nos projetos dinheiro para a duplicação da BR-280.

A então governadora em exercício, Daniela Reinehr (PL), vetou as propostas. Quando retornou à Assembleia, após afastamento temporário em virtude do segundo processo de impeachment, o governador Carlos Moisés da Silva (sem partido) veio pessoalmente à Assembleia pedir a rejeição do veto, o que ocorreu.

A infraestrutura viária do estado foi um dos principais temas abordados pelos deputados

Apesar da aprovação dos projetos, questões políticas e burocráticas impediam o uso dos recursos nas obras federais. Para pôr fim ao impasse, em agosto, o presidente da Assembleia participou de uma audiência pública do Senado, em Brasília, na presença do governador Carlos Moisés e do ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas.

No encontro, o governador se comprometeu a investir mais R$ 100 milhões dos cofres catarinenses para viabilizar a aplicação do dinheiro nas rodovias federais.

No começo de setembro, o Executivo encaminhou mais projetos para a liberação de R$ 115 milhões, contemplando mais uma rodovia: a pavimentação da BR-285, na Serra da Rocinha.

Honrando o compromisso assumido pelo presidente da Alesc em Brasília, os deputados aprovaram a liberação dos recursos em menos de uma semana.

Ao final, com o apoio da Assembleia, Santa Catarina destinou R$ 465 milhões para obras federais, sendo R$ 300 milhões para a duplicação da BR-470, R$ 100 milhões para a BR-163, R$ 50 milhões para a duplicação da BR-280 e R$ 15 milhões para a Serra da Rocinha.

Mobilização garantiu liberação de R$ 465 milhões para obras em rodovias federais

# Reforma da Previdência

Em junho, o Poder Executivo encaminhou à Assembleia a reforma da previdência estadual, composta por um projeto de lei complementar e uma proposta de emenda à Constituição.
Devido à relevância do assunto, a reforma foi analisada de forma conjunta pelas três comissões pela qual tramitou: de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.
Os presidentes das três comissões e o presidente da Alesc também definiram um cronograma para a tramitação da reforma, com a realização de audiência pública com representantes dos servidores públicos e do setor produtivo, prazo para apresentação de emendas e data para a votação da reforma em plenário.
No dia 19 de julho, a Assembleia realizou audiência pública que durou mais de cinco horas e ouviu representantes de mais de 30 entidades ligadas ao funcionalismo e ao setor produtivo.
O Executivo acatou 30 das 73 emendas apresentadas pelos parlamentares nas comissões e a votação da reforma ocorreu no dia 4 de julho, após mais de quatro horas de debates entre os parlamentares.
Entre os pontos principais da reforma, estão as mudanças nas idades para a aposentadoria, as novas regras de transição, a nova fórmula de cálculo para a pensão por morte e a redução da isenção para o pagamento da contribuição previdenciária por parte de aposentados e pensionistas.

Servidores acompanham a votação da reforma previdenciária no lado de fora da Alesc

# Reajustes do funcionalismo

No segundo semestre, o Executivo encaminhou à Assembleia projetos com reajuste salarial para categorias praticamente todo o funcionalismo estadual. Um dos destaques foi a proposta que instituiu uma remuneração mínima de até R$ 5 mil para o magistério público.

A matéria teve tramitação rápida na Assembleia e foi aprovada em menos de um mês, no início de agosto. O reajuste beneficiou 48 mil professores como carga horária semanal de 40 horas semanais, com a criação de três faixas de remuneração mínima. Os valores foram retroativos a 1º de fevereiro.

O reajuste da Segurança Pública foi aprovado em novembro e beneficiou mais de 30 mil servidores da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Instituto Geral de Perícias (IGP). Os aumentos variaram de 21% a 33%, dependendo do nível das carreiras. A reposição salarial era reivindicada há anos pela categoria.

No final do ano, 14 projetos concederam reajuste para diversas categorias. Em esforço conjunto, os deputados aprovaram todas as matérias, que entraram em vigor em 1º de janeiro.

Várias categorias do funcionalismo estadual se mobilizaram por reajustes salariais

# O segundo impeachment

Em 2021, a Assembleia foi palco da conclusão do segundo processo de impeachment contra o governador Carlos Moisés da Silva, cuja instauração havia sido autorizada pelos deputados em 2020.

Em 26 de março, cinco deputados e cinco desembargadores compuseram o Tribunal Especial de Julgamento que investigou a possível prática de crime de responsabilidade de Moisés na compra dos 200 respiradores artificiais, com pagamento antecipado de R$ 33 milhões, ocorrida em 2020.

A relatora do tribunal, desembargadora Rosane Wolff, recomendou, em seu parecer, o julgamento de Moisés. Por 6 votos a 4, o tribunal acatou relatório e autorizou o julgamento. O governador foi afastado do comando do Estado, pela segunda vez.

No dia 7 de maio, o tribunal se reuniu novamente, dessa vez para decidir se Moisés seria condenado por crime de responsabilidade e definitivamente afastado do cargo de governador. Com 6 votos pela condenação e 4 pela absolvição, Moisés foi inocentado e retornou ao comando do Estado, e o caso foi encerrado. Pela legislação, eram necessários 7 votos (2/3 dos membros do tribunal) para a condenação.

Sessão do tribunal de julgamento que definiu pela absolvição de Moisés no segundo impeachment

# LEIS SANCIONADAS

# Projetos que viraram lei

Das propostas aprovadas pelos deputados em 2021, quase 200 foram sancionadas em transformadas em lei pelo Poder Executivo. Além das matérias que são deliberadas todos os anos, como a lei orçamentária e o reajuste do salário mínimo estadual, novas normas, políticas e legislações que interferem na vida dos catarinenses, nas mais diversas áreas, entraram em vigor.

Deputada Luciane Carminatti, durante votação de projeto de lei na Alesc

# Educação

**Lei Complementar 775/2021** incluiu a previsão da educação domiciliar em Santa Catarina. De autoria do deputado Bruno Souza (Novo), ela estabelece que os pais ou responsáveis têm plena liberdade de opção pela educação domiciliar ou pelo ensino nas escolas. Quem optar pelo homescholling terá que se submeter a condições como avaliação periódica pelo poder público, fiscalização de órgãos como os conselhos tutelares, entre outros.

Da deputada Ada de Luca (MDB), a **Lei 18.108/2021** instituiu o portal da transparência nas escolas públicas mantidas pelo Estado e pelos municípios. O site reunirá informações de todas as unidades escolares estaduais, incluindo conteúdo atualizado sobre corpo docente, técnico e administrativo, estrutura organizacional e detalhes sobre o imóvel.

Elaborada pela Bancada Feminina, a **Lei 18.226/2021** incluiu no currículo das escolas, como conteúdo transversal, a História das Mulheres do Campo e da Cidade de Santa Catarina. A inclusão desse conteúdo vale para as escolas privadas e públicas de educação básica do estado. O objetivo é promover o conhecimento da história das mulheres de destaque de movimentos que contribuíram para a emancipação feminina e para o alcance de espaços de igualdade de gênero.

O presidente Mauro de Nadal (d) e o 1º vice-presidente Nilso Berlanda, durante votação em plenário

# Mulheres

**Lei 18.121/2021** trata da instituição do Programa Tem Saída, destinado a apoiar pessoas em situação de violência doméstica e familiar. O objetivo da lei, cujo projeto é de autoria da deputada Paulinha (sem partido), é desenvolver ações voltadas à promoção financeira das vítimas, com medidas de qualificação profissional, de geração de emprego e renda e de inserção no mercado de trabalho.

**Lei 18.125/2021** regula a realização dos exames de aptidão física nos concursos públicos promovidos pelo Estado por candidatas gestantes. A norma é resultado de um projeto apresentado pelo deputado Kennedy Nunes (PTB). Ela assegura que a gestante terá direito a realizar a avaliação de aptidão física em data diferente da prevista no edital do concurso.

**Lei 18.138/2021**, da deputada Dirce Heiderscheidt (MDB), estabelece que mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar e seus filhos terão prioridade no atendimento em agências de emprego e na disponibilidade de vagas em escolas da rede pública estadual.

Leis de autoria parlamentar ampliaram as ações de apoio às mulheres vítimas de violência

# Direitos do consumidor

**Lei 18.156/2021**, do deputado licenciado Altair Silva (PP), proíbe a cobrança de taxa superior a 10% do valor pago a título de matrícula, em caso de cancelamento antes do início das aulas, nas instituições privadas de ensino superior.

**Lei 18.160/2021**, do deputado Jair Miotto (PSC), proíbe as instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil de efetuar crédito, na conta de beneficiários do INSS, sem contrato ou consentimento dos mesmos, a fim de efetivar empréstimo consignado. O objetivo, conforme o deputado, é evitar que os aposentados sejam induzidos a contrair empréstimos que não necessitem, o que geralmente ocorre por meio de telemarketing.

**Lei 18.232/2021** proíbe a oferta e/ou contratação de empréstimos ou financiamentos para aposentados e pensionistas por meio de ligação telefônica. A norma foi proposta pelo deputado licenciado Luiz Fernando Vampiro (MDB). Em caso de descumprimento, o infrator estará sujeito às sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

**Lei 18.168/2021**, do deputado Rodrigo Minotto (PDT), autoriza o pagamento da tarifa de pedágio por meio de cartão de débito ou de crédito. A iniciativa vai garantir segurança nos pedágios, trazendo facilidade no pagamento por parte dos usuários

Painel do plenário da Alesc, com a votação por deputado

# Animais

**Lei 18.116/2021**, do deputado Marcius Machado (PL) inclui as rinhas, o abandono de animais e a zoofilia (prática sexual de humanos com animais) entre as práticas reprováveis previstas na lei e sujeitas a penalidades administrativas (multas). A iniciativa do deputado também aumentou o valor das multas para quem comete crueldade contra animais.

**Lei 18.177/2021** instituiu a Política Estadual de Controle Populacional de Animais Domésticos. Elaborada pelo Fernando Krelling (MDB), o objetivo é estabelecer uma política estadual que contribua para a preservação da saúde pública, do meio ambiente e, ao mesmo tempo, garantir o bem-estar dos animais domésticos.

**Lei 18.215/2021** regulamenta a habitação e o trânsito de animais domésticos nos condomínios residenciais. O autor, deputado João Amin (PP), estabeleceu direitos e deveres de tutores de cães, gatos e outros animais domésticos. A norma garante a livre circulação e habitação dos pets, em qualquer dia e horário, inclusive para visitantes. O condomínio não pode impor que a entrada e a saída do animal ocorram apenas por acesso de serviço.

**Lei 18.262/2021**, do deputado Kennedy Nunes (PTB), autoriza o transporte de animais domésticos de pequeno e médio porte em ônibus intermunicipais. A norma também vale para transporte ferroviário e hidroviário. O animal pode pesar no máximo até 10 quilos, estar acondicionado em contêiner de fibra de vidro ou material similar e portar carteira de vacinação atualizada.

Direitos dos animais também estiveram no foco das leis sancionadas em 2021

A inclusão das pessoas com deficiência foi tema de leis que entraram em vigor no ano

# Pessoas com deficiência

**Lei 18.147/2021**, da deputada Marlene Fengler (PSD), trata da doação de bicicletas apreendidas, por ato administrativo ou de polícia, para instituições beneficentes que a transformem em cadeiras de rodas, triciclos de corrida para cadeirante e outros objetos. As bicicletas, conforme a norma, serão doadas se não forem reclamadas por seus proprietários em até 90 dias, contados a partir da apreensão. **Lei 18.255/2021**, do deputado Coronel Mocellin (PSL), equiparou os doentes renais crônicos às pessoas com deficiência A norma vale para casos de deficiência orgânica renal crônica estágio V. Pessoas nessas condições passaram a ter os direitos previstos na Lei 17.292/2017, que trata da consolidação da legislação estadual sobre os direitos das pessoas com deficiência.

# Meio ambiente

**Lei 18.145/2021**, do deputado Marcius Machado (PL), estabelece que haverá preferência para o uso de massa asfáltica adicionada com borracha de pneus usados (asfalto borracha ou asfalto ecológico) na pavimentação ou na conservação de estradas estaduais e municipais. O uso desse produto ocorrerá quando houver recomendação da área técnica responsável pela obra.

**Lei 18.211/2021**, do deputado Coronel Mocellin, autorizou, em caráter excepcional, a remoção e a utilização de vegetação afetada por fenômenos climáticos. A norma possibilita a dispensa de licença ambiental para a remoção e utilização de vegetação morta ou caída, danificada ou que coloque em risco o patrimônio ou vida, em razão de vendavais, tornados, ciclones.

O meio ambiente também teve destaque em projetos aprovados pela Alesc

# Pesca

**Lei 18.188/2021** dispõe sobre a aquisição de pescado fresco diretamente de pescadores artesanais e aquicultores. De autoria do deputado João Amin (PP), ela faculta aos restaurantes, bares e outros estabelecimentos que adquirem pescados para a preparação de pratos a possibilidade da compra de produtos frescos, como peixes, crustáceos, anfíbios, répteis, ouriços e outros animais aquáticos usados na alimentação humana, diretamente dos pescadores artesanais ou aquicultores, sem a necessidade de intermediários.
**Lei 18.189/2021** instituiu a Política Estadual de Pesca Artesanal, Industrial, Amadora ou Esportiva.  O objetivo é promover o ordenamento, o fomento e a fiscalização da pesca, com o objetivo de alcançar, de forma sustentável, o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que a exercem, de suas comunidades tradicionais, bem como a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros. A autora é deputada Paulinha.

Setor importante para a economia catarinense, a pesca passou a contar com novas leis

# Agroecologia

**Lei 18.200/2021** instituiu a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Peapo). De autoria do deputado Fabiano da Luz (PT), a iniciativa surgiu com o objetivo principal de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e dos sistemas orgânicos de produção e extrativismo sustentável, assim como sistemas em processos de transição agroecológica, contribuindo para a sustentabilidade e a qualidade de vida das populações do campo, da floresta e da cidade, por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis a todos e do uso sustentável dos recursos naturais.

Incentivo à agroecologia e aos orgânicos transformou-se em lei em 2021

## Obesos

**Lei 18.157/2021** disponibiliza equipamentos adaptados ao atendimento aos obesos mórbidos nos hospitais públicos de Santa Catarina. Entre os itens obrigatórios estão avental descartável para exames, balança, laringoscópio, material de acesso venoso profundo, cadeira de rodas e maca com largura mínima de 70 centímetros e altura máxima de 60 centímetros.

Plenário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, durante votação de projetos de lei

# Turismo

**Lei 18.208/2021**, do deputado Ivan Naatz (PL), estabeleceu critérios para a definição de municípios de interesse turístico. Ela estipula que o município deve obter o reconhecimento por órgão público ou entidade privada do setor de turismo e também ter a atividade como uma das suas principais fontes de arrecadação. Deve, ainda, contar com expressivos atrativos ao turista e dispor de infraestrutura de apoio ao visitante.

Serra do Rio do Rastro, um dos principais atrativos turísticos do estado

# Adoção

**Lei 18.231/2021** autorizou o uso do nome afetivo de crianças e adolescentes que estão sob guarda provisória durante o processo de adoção. A iniciativa, de autoria da deputada Paulinha, o nome poderá ser utilizado nos cadastros em instituições de ensino, de saúde, de cultura e lazer, antes mesmo da conclusão do processo de adoção e a oficialização do registro do adotado.

Uso do nome afetivo passou a ser lei em Santa Catarina

# COMISSÕES MISTAS

# Debates ampliados

Em 2021, os deputados discutiram temas que exigiram a constituição das chamadas comissões mistas. Previstos no Regimento Interno da Assembleia, esses colegiados apreciam assuntos que estão relacionados com a área temática de duas ou mais comissões permanentes.

Em maio, foi instalada a comissão mista que propôs a elaboração de um novo plano de cargos e salários para o magistério estadual. Proponente e presidente do colegiado, a deputada Luciane Carminatti (PT) justificou a necessidade da criação de um novo plano para os professores, em função principalmente do achatamento da tabela de salários da categoria.

A comissão ouviu o Sinte, sindicato que representa os professores, governo estadual e Tribunal de Contas do Estado (TCE), para elaborar um anteprojeto de lei que foi encaminhado ao Executivo com as mudanças propostas. Em setembro, o relator da comissão, deputado Dr. Vicente Caropreso (PSDB), apresentou parecer final no qual foram propostos, além da valorização da carreira, com a descompactação da tabela de vencimentos, a criação de um programa de saúde voltado aos profissionais do setor, aumento do vale-alimentação, inclusão de novos cargos na carreira, entre outros.

Em outubro, o Poder Executivo encaminhou para a Assembleia o projeto do novo plano de carreira do magistério. O conteúdo, no entanto, foi bastante diferente do apresentado pela comissão mista, o que levou o governo a encaminhar uma nova proposta, com melhorias consideráveis nos salários, em especial dos professores de nível médio, graduação e especialização.

Comissões mistas tiveram papel importante no encaminhamento de projetos em 2021

# Código Ambiental

Em agosto, a Assembleia criou a comissão mista para revisão do código estadual ambiental. A iniciativa partiu do deputado Valdir Cobalchini (MDB), que foi presidente do colegiado. O objetivo foi atualizar a legislação estadual (em vigor desde 2009), em função de mudanças no código florestal brasileiro e outras alterações em normas ambientais.

A comissão realizou sete audiências públicas pelo interior do estado e recebeu 835 sugestões de alteração, apresentadas por órgãos governamentais, setor produtivo e do meio ambiente. Em dezembro, o grupo aprovou o relatório final do deputado Milton Hobus (PSD), que serviu de base para a elaboração do projeto de lei com as mudanças propostas.

Entre as alterações principais, estão as licenças por autodeclaração, a definição das competências dos municípios nas questões ambientais, presunção da inocência, emissão de licenciamento por etapas, estímulo à conciliação, parcelamento de multas em até 24 meses, estímulo à conciliação, entre outras.

As alterações foram aprovadas em plenário e seguiram para análise do governador do Estado.

Comissão mista do código ambiental realizou audiências públicas pelo interior

# Portos

A possibilidade de desestatização e privatização dos portos de Santa Catarina que são administrados pelo governo estadual resultou na criação de outra comissão mista, proposta pelo deputado Volnei Weber (MDB). O objetivo do grupo é analisar os impactos dessas medidas nas economias dos municípios portuários, além de ouvir a opinião das lideranças e da população afetadas.

A comissão foi instalada em setembro e realizou audiências públicas em Florianópolis, Imbituba e São Francisco do Sul. Nos encontros, o público participante se posicionou, em sua maioria, contrário à privatização e defendeu a manutenção do atual modelo dos portos, que mescla uma gestão pública com operação privada.

O grupo, que tem como relatora a deputada Ada de Luca (MDB), prossegue suas atividades em 2022. Um dos objetivos é conhecer modelos de gestão portuária bem-sucedidos em outros países, como é o caso de Barcelona, na Espanha.

Municípios portuários foram ouvidos pela comissão que discutiu a desestatização dos portos

# Praças militares

Por proposição do deputado Sargento Lima (PL), foi criada em setembro a comissão mista para modernizar o plano de cargos e salários dos praças da Polícia e dos Bombeiros militares. O objetivo é definir critérios corretos e justos na progressão de carreira e desenvolvimento dos praças, já que o plano atual é considerado antigo e pouco atrativo para a carreira. Nas reuniões, o colegiado ouviu representantes da categoria e do Poder Executivo. As atividades da comissão terão sequência em 2022.

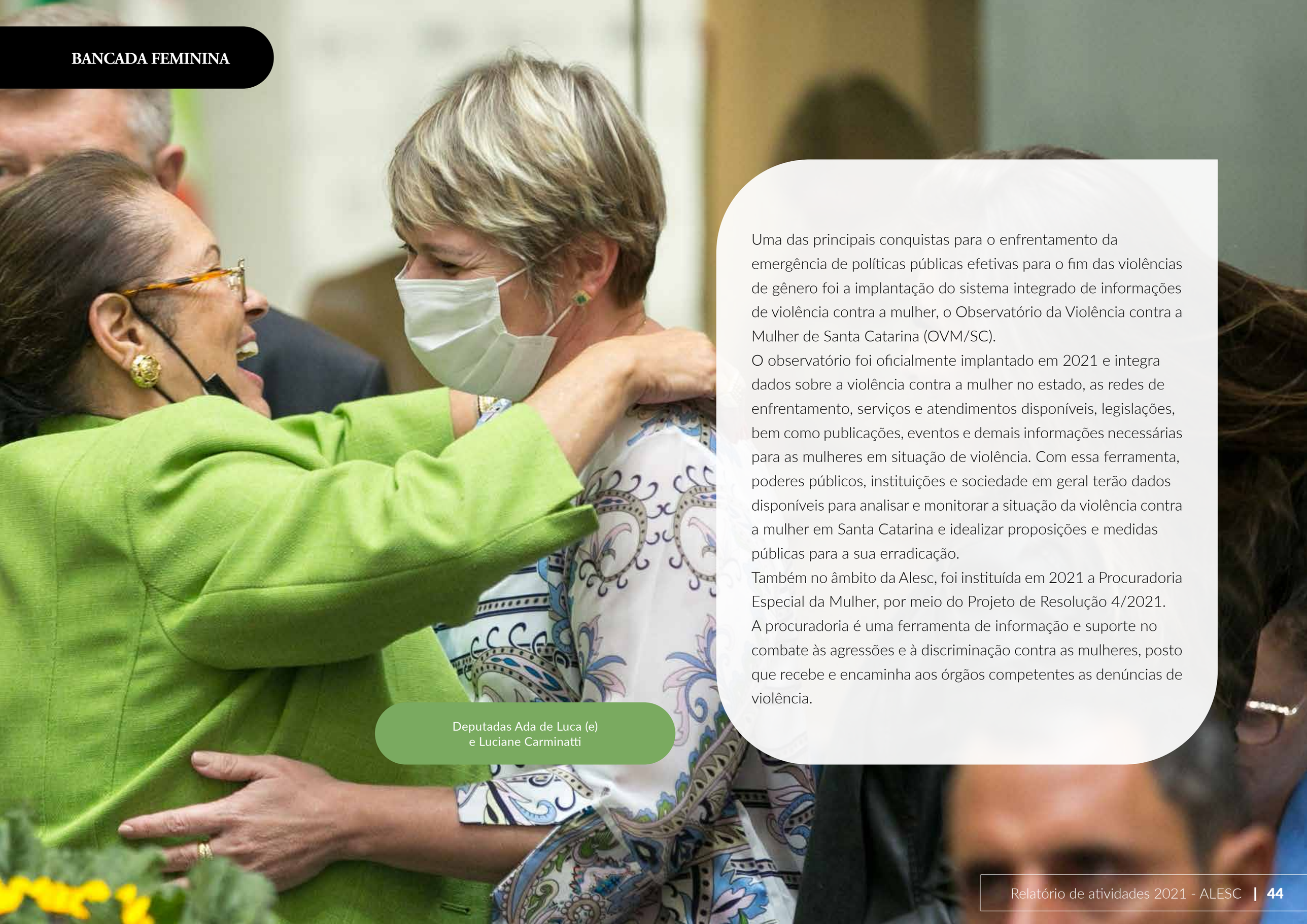
Deputado Sargento Lima, presidente da comissão mista sobre o plano de carreira dos praças

# BANCADA FEMININA

# 2021 de muitas conquistas

Entre os 40 deputados em exercício atualmente, seis são mulheres. Esse é o maior número de representação feminina em uma única legislatura na história de Santa Catarina.  A Bancada Feminina da Assembleia Legislativa é composta por cinco das seis parlamentares atuais – Ada de Luca (MDB), Dirce Heiderscheidt (MDB), Luciane Carminatti (PT), Marlene Fengler (PSD) e Paulinha (sem partido), sendo que a deputada Dirce ocupa mandato como suplente.
O colegiado de deputadas tem como principais pautas o diálogo contínuo sobre a ampliação do exercício político das mulheres em diferentes espaços e o ativismo pelo fim da violência contra as mulheres.

Deputadas Ada de Luca (e), Marlene Fengler e Dirce Heiderscheidt, integrantes da Bancada Feminina



Deputadas Ada de Luca (e)
e Luciane Carminatti

Uma das principais conquistas para o enfrentamento da emergência de políticas públicas efetivas para o fim das violências de gênero foi a implantação do sistema integrado de informações de violência contra a mulher, o Observatório da Violência contra a Mulher de Santa Catarina (OVM/SC).

O observatório foi oficialmente implantado em 2021 e integra dados sobre a violência contra a mulher no estado, as redes de enfrentamento, serviços e atendimentos disponíveis, legislações, bem como publicações, eventos e demais informações necessárias para as mulheres em situação de violência. Com essa ferramenta, poderes públicos, instituições e sociedade em geral terão dados disponíveis para analisar e monitorar a situação da violência contra a mulher em Santa Catarina e idealizar proposições e medidas públicas para a sua erradicação.

Também no âmbito da Alesc, foi instituída em 2021 a Procuradoria Especial da Mulher, por meio do Projeto de Resolução 4/2021.

A procuradoria é uma ferramenta de informação e suporte no combate às agressões e à discriminação contra as mulheres, posto que recebe e encaminha aos órgãos competentes as denúncias de violência.

Compreendendo que a estrutura da sociedade é machista, mas que os homens devem ser aliados para a busca da igualdade de gênero e o fim da violência, o dia 6 de dezembro, Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, tem um status importante no calendário temático e foi alvo de debates promovidos pela bancada.

Outro ponto sobre o qual a Bancada Feminina tem proposto ações é a presença da mulher no orçamento público. Numa pesquisa nas leis orçamentárias estaduais com palavras-chave como “mulheres”, “gênero” e “violência doméstica” constatou-se que a mulher não está nas peças orçamentárias. Isso mostra que não há previsão de recursos para o real enfrentamento da violência com a mulher no estado.

Reunião do Observatório da Violência contra a Mulher de Santa Catarina

## BANCADA FEMININA

O debate sobre o orçamento tem papel fundamental para possibilitar a destinação de recursos e viabilizar a estruturação de novas delegacias especializadas, a criação de fundo específico, a criação de novos centros de referência e núcleos especializados, a contratação de pessoal, campanhas e programas. Por isso a Bancada Feminina defende que esse debate seja ampliado no Parlamento e no Executivo, bem como nos órgãos de controle. No período da pandemia, o colegiado conseguiu avançar em várias proposições legislativas, para garantir segurança, proteção, auxílio e informação às mulheres; debateu  sobre a pobreza menstrual e o acesso das mulheres a tampões, absorventes e coletores menstruais; garantiu em lei a inclusão da história das mulheres catarinenses no currículo escolar; o atendimento especial para fins de emprego e renda, vagas em escolas e demais providências necessárias para as mulheres que sofreram violência doméstica; aprovou a criação do Programa Tem Saída, destinado ao apoio às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Observatório da Violência mantém portal com informações sobre as ocorrências registradas em SC

# HOMENAGENS

# As Solenidades do Ano

A melhoria nos índices da pandemia de Covid-19 no estado possibilitou que em 2021 fossem retomadas, ainda que de forma parcial, a realização de eventos com concentração presencial de público, como as sessões especiais e solenes. Durante o período, a Assembleia Legislativa, por meio de indicações dos deputados ou da Mesa diretora, promoveu 16 sessões especiais e de oito sessões solenes. Estas últimas, realizadas nos municípios de Joinville, Blumenau (2), Cunha Porã, Forquilhinha, Florianópolis, Ituporanga e Pinhalzinho.

Todos os eventos contaram com transmissão ao vivo e cobertura dos veículos noticiosos da Casa (Agência AL, Rádio AL e TVAL), resultando em materiais jornalísticos que foram disponibilizados no site da Alesc e encaminhados para as principais empresas de mídia do estado.

Plenário da Alesc durante a sessão de entrega da Comenda do Legislativo Catarinense

Entre as sessões especiais, um dos destaques foi a realização, no dia 6 de dezembro, da 11ª edição da Certificação e do Troféu Responsabilidade Social, na qual foram destacadas as empresas, públicas e privadas, e organizações sem fins lucrativos do estado de Santa Catarina que se destacaram com ações nas áreas social e ambiental. Em 2021 foram feitos alguns ajustes no processo do certame, com o acréscimo de mais um troféu destaque,  visando um maior reconhecimento de entidades da categoria organizações sem fins lucrativos.

Já entre as sessões solenes, um dos pontos altos foi a cerimônia de outorga da Comenda do Legislativo Catarinense, a mais alta honraria concedida pelo Parlamento estadual. Durante a solenidade, realizada na noite de 29 de novembro, foram homenageadas 33 pessoas e oito entidades e empresas.

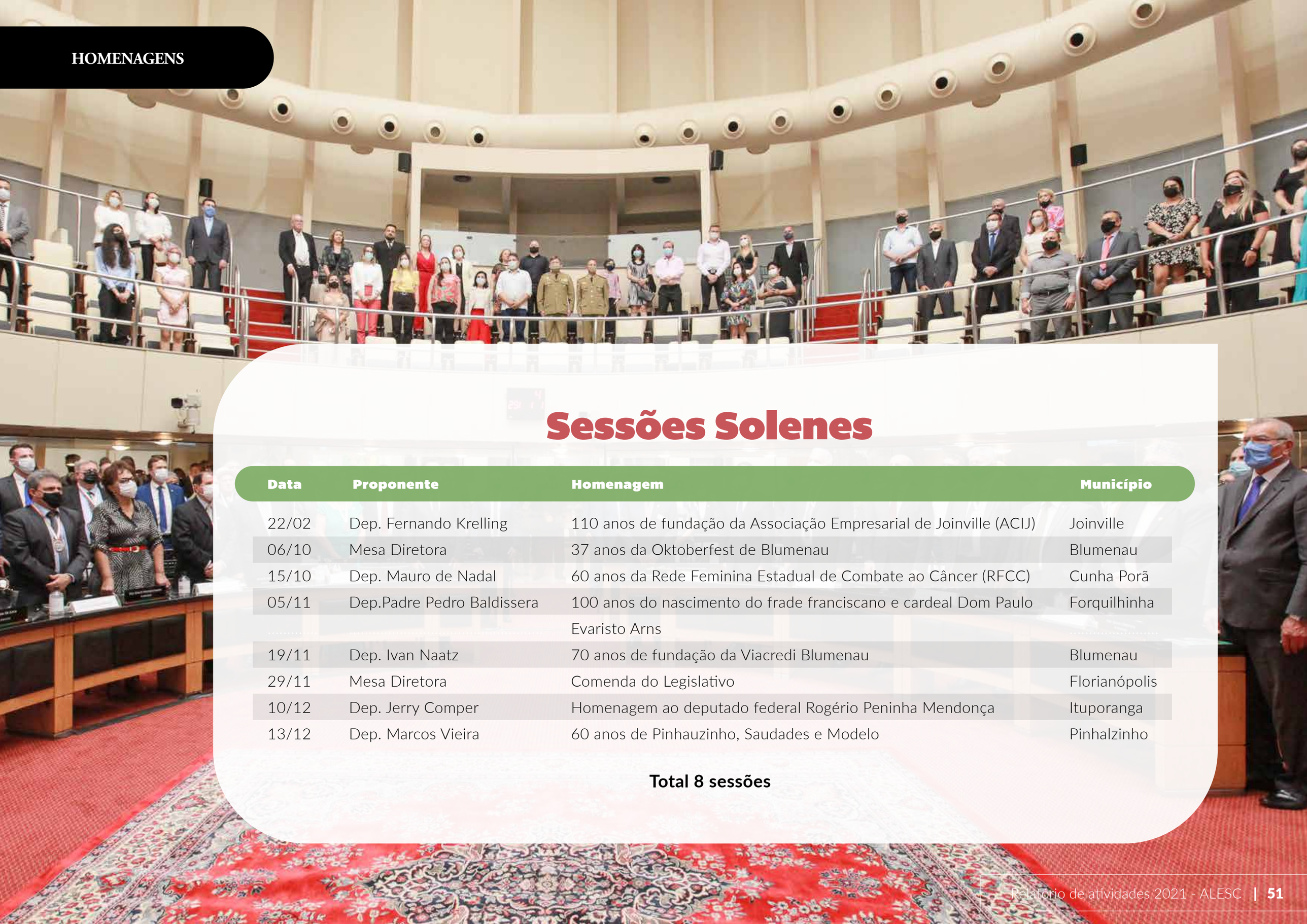
Ambos os eventos foram propostos pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa e reuniram centenas de pessoas nas galerias do plenário e hall do Palácio Barriga Verde, sede do Legislativo estadual.

Sérgio Alves, presidente da Facisc, discursa durante sessão em homenagem à entidade

# Sessões Especiais

| Data | Proponente | Homenagem |
|---|---|---|
| 05/07 | Dep. Ismael dos Santos | Aos 90 anos da Igreja Assembleia de Deus em Santa Catarina |
| 23/08 | Mesa Diretora | 200 anos do Nascimento de Anita Garibaldi |
| 30/08 | Dep. Padre Pedro Baldissera | 25 anos do Colégio Marista |
| 09/09 | Dep. José Milton Scheffer | 60 anos de Fundação da Sociedade Catarinense de Medicina Veterinária (Somevesc) |
| 13/09 | Dep. Marlene Fengler | Atletas catarinenses que representaram o Brasil nas Olimpíadas e Paralimpíadas de Tóquio e no Campeonato Sulamericano de Atletismo Sub-20 |
| 21/09 | Dep. Vicente Caropreso | 70 anos do Laboratório Central de Saúde Pública de Santa Catarina (Lacen-SC) |
| 30/09 | Dep. Sérgio Motta | Aos serviços prestados pelas igrejas evangélicas durante a pandemia em Santa Catarina |
| 25/10 | Dep. Silvio Dreveck | 40 anos de fundação da Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjori) |
| 28/10 | Dep. Luciane Carminatti | Centenário de nascimento de Paulo Reglus Freire |
| 05/11 | Dep. Padre Pedro Baldissera | Centenário do nascimento do frade franciscano e cardeal Dom Paulo Evaristo Arns |
| 08/11 | Dep. Nilso Berlanda | À indústria e ao comércio catarinenses pelo enfrentamento da crise econômica causada pela pandemia de Covid-19 |
| 11/11 | Dep. Milton Hobus | 50 anos da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc) |
| 18/11 | Dep. José Milton Scheffer | 30 anos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) |
| 22/11 | Dep. Jair Miotto | 70 anos de fundação da Igreja do Evangelho Quadrangular no Brasil |
| 02/12 | Dep. Paulinha | Homenagem aos hospitais filantrópicos do estado de Santa Catarina |
| 06/12 | Mesa Diretora | Prêmio e Certificação de Responsabilidade Social - 2021 |

**Total 16 sessões**



# Sessões Solenes

| Data | Proponente | Homenagem | Município |
|---|---|---|---|
| 22/02 | Dep. Fernando Krelling | 110 anos de fundação da Associação Empresarial de Joinville (ACIJ) | Joinville |
| 06/10 | Mesa Diretora | 37 anos da Oktoberfest de Blumenau | Blumenau |
| 15/10 | Dep. Mauro de Nadal | 60 anos da Rede Feminina Estadual de Combate ao Câncer (RFCC) | Cunha Porã |
| 05/11 | Dep.Padre Pedro Baldissera | 100 anos do nascimento do frade franciscano e cardeal Dom Paulo Evaristo Arns | Forquilhinha |
| 19/11 | Dep. Ivan Naatz | 70 anos de fundação da Viacredi Blumenau | Blumenau |
| 29/11 | Mesa Diretora | Comenda do Legislativo | Florianópolis |
| 10/12 | Dep. Jerry Comper | Homenagem ao deputado federal Rogério Peninha Mendonça | Ituporanga |
| 13/12 | Dep. Marcos Vieira | 60 anos de Pinhauzinho, Saudades e Modelo | Pinhalzinho |

**Total 8 sessões**

# Certificação de Responsabilidade Social

## Quem recebeu a certificação em 2021:

### Organizações Sem Fins Lucrativos

**1.** Associação Beneficente Abadeus - Criciúma

**2.** Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Família – Banco da Família – Lages

**3.** Associação Casa São José – Florianópolis

**4.** Associação Catarinense de Supermercados (ACATS) – Florianópolis

**5.** Associação de Atendimento à Criança e ao Adolescentes (COMBEMTU) – Tubarão

**6.** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) – Curitibanos

**7.** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) – Florianópolis

**8.** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) – Tubarão

**9.** Associação de Promoção e Educação Tubaronense – Tubarão

**10.** Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis – Florianópolis

**11.** Associação Empresarial de Balneário Camboriú e Camboriú (ACIBALC) – Balneário Camboriú

Homenageados da Facisc recebem placa durante sessão especial para entidade

Assembleia realizou sessão pelos 70 anos da Igreja do Evangelho Quadrangular

**12.** Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL) – Laguna

**13.** Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (AEBAS) – Florianópolis 14.Associação Floripamanhã – Florianópolis

**15.** Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos (Aflodef) – Florianópolis

**16.** Associação dos Pacientes Renais de Santa Catarina (APAR) – Florianópolis

**17.** Associação Renal Vida – Blumenau

**18.** Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas – Criciúma

**19.** Banco do Empreendedor – Florianópolis

**20.** Câmara de Dirigentes Lojistas - Florianópolis

**21.** Centro de Educação e Evangelização Popular – Florianópolis

**22.** Centro de Recuperação Nova Esperança (CERENE) – Blumenau

**23.** Crecerto – Agência de Microcrédito Solidário do Alto Uruguai Catarinense – Concórdia

**24.** Credivale Agência Metropolitana de Microcrédito – Gaspar

**25.** A Cruz Azul no Brasil – Blumenau

**26.** Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc) – Florianópolis

**27.** Fundação Educacional Regional de Criciúma (FUCRI) – Criciúma

**28.** Fundação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (FUNOESC) – São Miguel do Oeste

**29.** Fundação para o Desenvolvimento do Oeste (FUNDESTE) – Chapecó 30.Fundação Universitária do Vale do Itajaí (UNIVALI) – Itajaí

**31.** Instituição Comunitária de Crédito Blumenau Solidariedade – Blumenau)

**32.** Instituto Padre Vilson Groh – Florianópolis

**33.** Instituto Selo Social – Itajaí

**34.** Irmandade do Divino Espírito Santo – Florianópolis

**35.** Irmandade do Senhor dos Passos e Imperial Hospital de Caridade – Florianópolis

**36.** Junior Chambers Internacional – Rio do Sul

**37.** Junior Chambers Internacional – Chapecó

**38.** Lar da Menina – Tubarão

**39.** Polo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau – Blumenau

**40.** Programa Viver Ações Sociais – Chapecó

**41.** Serviço Social do Comércio – Florianópolis

**42.** Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) – Caçador

Sessão especial em homenagem à entidade que representa as associações comerciais

## Empresas Privadas Certificadas

**1.** Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A. – Bombinhas

**2.** Águas de Camboriú Saneamento SPE SA. – Camboriú

**3.** Águas de Penha Saneamento SPE S.A. - Penha

**4.** Águas de São Francisco Saneamento SPE S.A. – São Francisco do Sul

**5.** Bontur Bondinhos Aéreos Ltda – Balneário Camboriú

**6.** Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina e Rio Grande do Sul – Florianópolis

**7.** Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados (SICOOB) – São Miguel do Oeste

**8.** Cooperativa de Crédito Vale do Itajaí – Blumenau

**9.** Cooperativa Juriti – Massaranduba

**10.** Consórcio Empresarial Salto Pilão (CESAP) – Apiúna

**11.** DB S/A Comércio de Imóveis e Eletrodomésticos – Itapema

**12.** Dotse Desenvolvimento e Comércio de Software Ltda – Chapecó

**13.** Engie Brasil e Energia S.A. – Florianópolis

**14.** Farma & Farma S.A. – Itajaí

**15.** Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina (Fecoagro) – Florianópolis

**16.** Fundação Frit Müller – Blumenau

Diplomas entregues aos homenageados nas sessões especiais e solenes da Alesc

## HOMENAGENS

**17.** GR Soluções Ambientais Ltda. – Canoinhas

**18.** Irani Papel e Embalagem S.A. – Vargem Bonita

**19.** Indústria Carbonífera Rio Deserto Ltda. – Criciúma

**20.** Librelato SA Implementos Rodoviários – Içara

**21.** Liderança Limpeza e Conservação – São José

**22.** M&M Assessoria Contábil SS ME – Florianópolis

**23.** Nexxera Tecnologia e Serviços S.A. – Florianópolis

**24.** Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais Ltda – Florianóólis

**25.** Pamplona Alimentos S/A – Ro do Sul

**26.** Portobello Grupo S.A. – Tijucas

**27.** Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes – Navegantes

**28.** Pré-Vale Pré-Moldados de Concreto – Ibirama

**29.** Rampinelli Alimentos Ltda. – Forquilhinha

Autoridades participam de sessão em homenagem aos jornais do interior de SC

Membros da Mesa Diretora da Alesc durante a sessão da Comenda do Legislativo

## Empresas Públicas Certificadas

**1.** Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí (AGIR) – Blumenau

**2.** Celesc Distribuição S.A. – Florianópolis

**3.** Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil – Eletrosul - Florianópolis

**4.** Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina – Florianópolis

**5.** SCPAR Porto de Imbituba S.A. – Imbituba

**6.** Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) – Urubici

# Troféu Responsabilidade Social – Destaque SC 2021

**Organizações sem fins lucrativos**

Fundação Educacional Regional de Criciúma (FUCRI) – Criciúma

Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas – Criciúma

**Categoria Comércio/Serviço/Turismo**
**Empresa de Pequeno Porte**

Dotse Desenvolvimento e Comércio de Software Ltda – Chapecó

**Empresa de Médio Porte**

Águas de São Francisco Saneamento SPE S.A. – São Francisco do Sul

**Empresa de Grande Porte**

Portonave S.A. Terminais Portuários – Navegantes

**Categoria Indústria de Grande Porte**

Irani Papel e Embalagem S.A. – Vargem Bonita

**Categoria Indústria de Médio Porte**

Pré-Vale Pré-Moldados de Concreto Ltda - Ibirama

Medalha entregue aos contemplados com a Comenda do Legislativo Catarinense

# ESCOLA DO LEGISLATIVO

# Crescimento na pandemia

A Escola do Legislativo “Deputado Lício Mauro da Silveira” iniciou 2021 diante do desafio de se manter viável em meio às limitações provocadas pela pandemia da Covid-19. Com o número de pessoas vacinadas longe do ideal no começo do ano, a retomada dos cursos presenciais oferecidos pela instituição passou a ser uma incerteza. A solução foi focar em atividades remotas, o que aumentou o alcance do centro de formação pedagógica da Assembleia Legislativa em Santa Catarina e no Brasil.

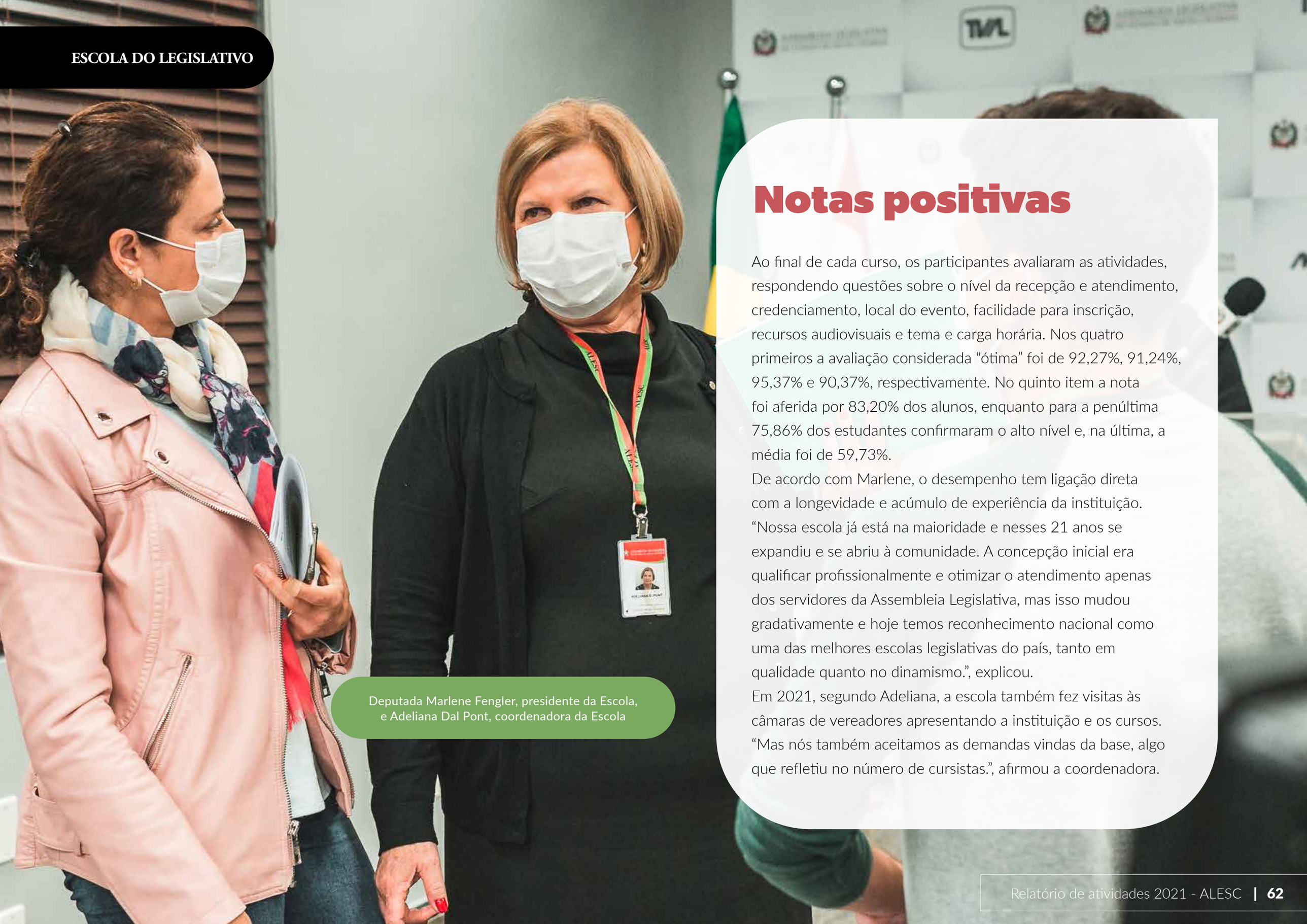
A entidade se fez presente em 284 cidades no Estado – número que corresponde a 84% dos municípios catarinenses – e em 18 estados, equivalendo a 66% do território nacional. Ao total, foram 6.502 participantes, sendo 3.166 no método ensino a distância (EaD). Cidadãos que tiveram a oportunidade de receber conhecimento e formação dos núcleos de inclusão e políticas públicas, qualificação profissional, formação política e educação para a democracia em 81 eventos, dos quais 67% ocorreram remotamente. Com o avanço da vacinação, a partir de novembro foi possível a realização cursos presenciais, que somaram os outros 33% de atividades desenvolvidas durante 2021.

Escola do Legislativo promoveu evento para capacitação de conselheiros municipais

Para a presidente da instituição, deputada Marlene Fengler (PSD), os números são ótimos. “Sobretudo se considerarmos as restrições impostas pela pandemia que nos impossibilitou de realizar cursos presenciais por um longo período. E mesmo assim conseguimos atingir esse número considerável de pessoas”, comenta.

Coordenadora da escola, Adeliana Dal Pont, afirma que a instituição sempre foi muito atuante. “Mas, com a pandemia, tivemos que nos reinventar e por isso oferecemos cursos de forma remota, algo que fez com que atingíssemos um grande número de cidades”, comemorou.

Unidade Administrativa da Alesc, onde funciona a Escola do Legislativo



Deputada Marlene Fengler, presidente da Escola, e Adeliana Dal Pont, coordenadora da Escola

# Notas positivas

Ao final de cada curso, os participantes avaliaram as atividades, respondendo questões sobre o nível da recepção e atendimento, credenciamento, local do evento, facilidade para inscrição, recursos audiovisuais e tema e carga horária. Nos quatro primeiros a avaliação considerada “ótima” foi de 92,27%, 91,24%, 95,37% e 90,37%, respectivamente. No quinto item a nota foi aferida por 83,20% dos alunos, enquanto para a penúltima 75,86% dos estudantes confirmaram o alto nível e, na última, a média foi de 59,73%.

De acordo com Marlene, o desempenho tem ligação direta com a longevidade e acúmulo de experiência da instituição. “Nossa escola já está na maioridade e nesses 21 anos se expandiu e se abriu à comunidade. A concepção inicial era qualificar profissionalmente e otimizar o atendimento apenas dos servidores da Assembleia Legislativa, mas isso mudou gradativamente e hoje temos reconhecimento nacional como uma das melhores escolas legislativas do país, tanto em qualidade quanto no dinamismo.”, explicou.

Em 2021, segundo Adeliana, a escola também fez visitas às câmaras de vereadores apresentando a instituição e os cursos. “Mas nós também aceitamos as demandas vindas da base, algo que refletiu no número de cursistas.”, afirmou a coordenadora.

# Destaque

Sobre os destaques do ano, Marlene disse que, além das ações efetuadas dentro dos protocolos de segurança sanitária, a assinatura do termo de cooperação técnica com escolas dos legislativos municipais de Tubarão e Criciúma, em setembro, foi um fato muito significativo. “É uma parceria que pretendemos ampliar com outros legislativos que, a partir dessa união, passarão a realizar cursos de formação técnica, política e cidadã de jovens, vereadores, servidores das casas legislativas e demais interessados nos temas do Parlamento. É uma troca de informação e experiência importante”, argumentou.

Entre as ações realizadas, a presidente destaca o ciclo de palestras de combate às violências contra as mulheres e a retomada do Parlamento Jovem, além do curso de vereador mirim promovido em São Miguel do Oeste. Foi o primeiro totalmente presencial desde o início da pandemia.

Outra conquista de 2021 foi o recredenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação. Isso vai facilitar a oferta de cursos de pós-graduação para vereadores, para assessores das câmaras e comunidade em geral.

Estudantes que participaram do Parlamento Jovem Catarinense, promovido pela Escola

# PAB

# Ano de recorde e inclusão

Uma das principais iniciativas de inserção social para jovens em situação de vulnerabilidade social em Santa Catarina, o Programa Antonieta de Barros (PAB), que neste ano completou 17 anos de existência, período em que mais de 500 jovens em situação de vulnerabilidade social tiveram a oportunidades de estagiar na Assembleia Legislativa, vai iniciar 2022 com expectativa no aumento de participantes no programa que terá 60 vagas com início em fevereiro e a inclusão de aproximadamente 150 estagiários da Diretoria Administrativa.

Com a ampliação no número e a inclusão de estagiários, a coordenadoria alterará a nomenclatura de Estágios Especiais para Coordenadoria de Estágios da Alesc, contando com dois núcleos, o PAB e o Programa Alesc Inclusiva (PAI) e o de Estágios Administrativos do Legislativo (EAL). A coordenadora de Estágios da Alesc, Mirian Lopes Pereira, destaca que neste ano, mesmo com a pandemia de Covid-19, o PAB bateu recorde de inscritos, com 526 inscritos, para as 60 vagas disponibilizadas.

Destinado a estagiários de 16 a 24 anos de idade, cuja renda familiar seja menor do que 2,5 salários mínimos regionais, e que estejam matriculados regularmente no ensino médio, técnico ou superior, o PAB tem capacidade máxima para 60 participantes.

Miriam Lopes Pereira, coordenadora do Programa Antonieta de Barros

A seleção dos interessados foi feita pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). Além da parte financeira e da situação escolar dos inscritos, também foram levados em conta o número de integrantes do núcleo familiar, a quantidade de crianças, se eles são criados por pais casados ou separados e as condições de moradia para a definição dos escolhidos. Ela informa ainda que o PAB já está adquirindo uniformes para os jovens que participam do programa.

Ela destaca ainda que nos setores de trabalho da Alesc e na formação continuada, os jovens estagiários são estimulados em atividades de qualificação profissional, socioeducacionais, culturais e inseridos em dinâmicas externas. Uma das estratégias para eficácia do Programa é apoiar a permanência dos jovens no sistema formal de ensino.

Maria Silva Gabriel e Bruna Faustino, estagiárias do PAB

Retrato da deputada Antonieta de Barros, que dá nome ao programa

## Programa Alesc Inclusiva (PAI)

Mirian salienta que ainda neste ano a coordenadoria conseguir realizar o processo seletivo do Programa Alesc Inclusiva (PAI), seguindo a solicitação da Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência da Alesc. Serão selecionadas 20 pessoas com deficiência, num total de 31 inscritos, que serão chamados em 2022. Ela relata que entre os anos de 2020 e 2021, a Coordenadoria de Estágios oportunizou quatro vagas para o PAI. Entre as metas para 2022 também está à ampliação da equipe de trabalho da Coordenadoria de Estágios da Alesc à medida que migrarem para o setor os 150 estagiários administrativos do Parlamento. Também está a meta de fechar parcerias com empresas públicas e privadas para realização de cursos e encaminhamento para ocupação de vagas no mercado de trabalho, após a conclusão dos estágios.

# INSTITUCIONAL

# Busca pela economia e a modernização

A Assembleia Legislativa adotou em 2021 uma série de medidas internas com foco na economia de recursos públicos e na modernização e agilização dos processos administrativos e legislativos.

Como consequência, o Parlamento fez uma doação recorde de recursos próprios para o Executivo: R$ 362 milhões, anunciados no fim do ano pelo presidente da Assembleia, deputado Mauro de Nadal (MDB).

Dos recursos economizados durante o ano e repassados ao Executivo, o presidente explicou que R$ 20 milhões já haviam sido doados em fevereiro para o enfrentamento da Covid-19. Em relação ao valor anunciado durante a coletiva, Nadal destacou que foi sugerido ao governo estadual destinar R$ 100 milhões para área de infraestrutura, R$ 150 milhões para área da Saúde (cirurgias eletivas), R$ 50 milhões para a Agricultura no combate à estiagem e R$ 42 milhões para área da Segurança Pública, dos quais R$ 30 milhões para Polícia Militar e R$ 12 milhões para Polícia Civil.

Deputado Mauro de Nadal despacha no gabinete da Presidência da Alesc

# Otimização

No mês de maio, Alesc, Tribunal de Contas do Estado (TCE), Ministério Público Estadual (MPSC) e Tribunal de Justiça (TJSC) assinaram um termo de cooperação técnica para a realização de contratações compartilhadas, que possibilita planejar em conjunto as compras dos órgãos e poderes. A medida garante mais economia, já que com compras em maior qualidade é possível obter redução do preço final. O convênio também garante agilidade nos processos de licitação.

Já em junho, a Assembleia implantou o Sistema Eletrônico de Informações (SEI). A ferramenta, desenvolvida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), possibilitou a tramitação de processos administrativos internos de forma digital, assegurando economia de recursos com a redução expressiva do uso de papel e aprimorando a eficiência do Parlamento catarinense. A implantação do SEI é parte do Alesc Sustentável, programa iniciado no Parlamento em 2019 com foco na sustentabilidade.

Reunião virtual para a lançamento da rede InovaGovSC

# Digitalização

O Parlamento também deu início à digitalização dos processos legislativos, com a assinatura de termo de cooperação com a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte visando à implantação do sistema e-Legis, que será cedido gratuitamente ao Parlamento catarinense. Com o sistema, será possível gerenciar a atividade legislativa de forma digital, desde a elaboração das proposições, no gabinete parlamentar, seguindo todo o seu trâmite até o consequente arquivamento, sem qualquer uso de papel e sem possibilidade de extravio ou interferência manual. O sistema permite, inclusive, deliberação virtual, com a participação dos parlamentares de forma remota e com o controle de segurança por biometria.

Já em julho, a Assembleia participou do lançamento da InovaGovSC, a rede de inovação do setor público catarinense desenvolvida em parceria com o Poder Executivo estadual, TJSC, MPSC e TCE. O objetivo da rede é gerar novas ideias, trocar experiências e promover ações transformadoras na gestão pública para melhorar o serviço prestado aos cidadãos catarinenses.

Mauro de Nadal apresenta resultados da economia feita pela Alesc

# Sala dos Prefeitos

Em parceria com a Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), a Assembleia instalou em agosto um espaço nas dependências do Palácio Barriga Verde para atendimento dos prefeitos. A Sala dos Prefeitos Genésio de Souza Goulart foi criada com o objetivo de facilitar o trabalho dos gestores que viajam a Florianópolis para tratar de assuntos de interesse de seus municípios.

Fecam ganhou espaço para os prefeitos na Assembleia Legislativa

# Defensoria Pública

Em outubro, foi inaugurada nas dependências da Alesc uma sala de atendimento da Defensoria Pública Estadual (DPE-SC). A iniciativa, considerada como inédita no país, visa facilitar o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade e hipossuficientes à assistência jurídica gratuita. No espaço, um defensor público e uma equipe de apoio recebem demandas da população mais carente.

Defensoria Pública passou a contar com local para atendimentos na Alesc

# COMUNICAÇÃO

# Ampliando o alcance da informação

A Diretoria de Comunicação Social (DCS) da Assembleia Legislativa teve como meta principal em 2021 ampliar o alcance do material jornalístico produzido pelos veículos de comunicação da Casa. Ao mesmo tempo, houve readequação e revisão de processos licitatórios do setor, que proporcionaram economia de recursos públicos.

"Uma das novidades foi a mudança nos formatos dos produtos jornalísticos da TVAL, com destaque para a criação do programa Conecta. Os textos produzidos pela Agência AL passaram a ser divulgados em mais de 100 jornais pelo interior do estado. Além disso, a Rádio AL começou a operar em frequência FM na Grande Florianópolis."

Redação da Diretoria de Comunicação Social da Alesc

# TVAL

A emissora de TV da Assembleia Legislativa passou por alterações na linha editorial. Uma das novidades foi o programa Conecta, realizado diretamente do Plenário. A produção envolve profissionais de todos os veículos da Alesc e apresenta diariamente um apanhado geral de tudo o que ocorre no Parlamento.

Outro destaque é o programa Na Estrada, que acompanha a rotina dos deputados em suas bases de atuação. O Na Estrada é acompanhado pelas equipes da TVAL, RádioAL, AgênciaAL e também as redes sociais do Parlamento.

O Fala Deputado, um dos programas mais antigos da emissora, foi remodelado. Com menor tempo de duração, as entrevistas com os parlamentares da Casa passaram a ser feitas por meio de uma linguagem mais moderna, que facilita a veiculação nas redes sociais da Alesc e também dos parlamentares.

A TVAL também ampliou a divulgação de seu conteúdo para todo o estado. Além de passar a transmitir em sinal aberto em Blumenau, sem custos para a Alesc, a emissora criou uma segunda sala de transmissões ao vivo pelo YouTube, o que permite a visualização simultânea de eventos realizados pelo Parlamento.

No decorrer do ano, a TVAL produziu mais de 280 reportagens, quem podem ser assistidas na página da Alesc no YouTube.

Redação da Diretoria de Comunicação Social da Alesc

# Rádio AL

A web rádio da Alesc passou a transmitir em sinal aberto em 2021. Graças a uma parceria com o Senado Federal, a emissora tem direito a quatro horas da programação da Rádio Senado, sintonizada na frequência 93.1 FM na Grande Florianópolis. A parceria, que não gerou custos para o Legislativo catarinense, possibilita que os ouvintes possam acompanhar as sessões da Alesc, ao vivo e na íntegra, no dial de seus rádios.

A Rádio AL manteve em 2021 a produção de conteúdo para outras emissoras de rádio e também para plataformas de áudio. O programa Minuto, um spot de 60 segundos semanalmente para todas as rádios do estado conveniadas com a Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert), foi reproduzido mais de 80 mil vezes em mais de 230 rádios.

Já o podcast Redação Final, um semanário de 20 minutos com os destaques do Parlamento, foi ouvido/baixado mais de 2,5 mil vezes, um aumento de 50% na audiência. A renovação do convênio com a Udesc possibilitou que o podcast fosse retransmitido pelas emissoras da Rádio Udesc em Florianópolis, Lages e Joinville.

Além disso, a Rádio AL editou e disponibilizou para ouvir ou baixar em seu site 735 pronunciamentos dos deputados, realizados no decorrer de 2021.

Redação da Diretoria de Comunicação Social da Alesc

# Agência AL

Em 2021, a Agência AL ampliou a divulgação de seu conteúdo jornalístico com a veiculação de uma coluna semanal em mais de 100 jornais impressos de todas as regiões do estado, graças à parceria firmada entre a Assembleia Legislativa, a Associação dos Jornais do Interior (Adjori) e a Associação dos Diários do Interior (ADI). O alcance é superior a 300 mil exemplares por semana.

Até 14 de dezembro, a Agência AL veiculou quase 3 mil matérias com a cobertura das atividades do Parlamento catarinense, dos gabinetes dos deputados, além de reportagens especiais. Foram mais de 1.050 matérias sobre o dia a dia da Alesc, além quase 1,9 mil notícias produzidas pelos gabinetes e 48 reportagens especiais. Os repórteres fotográficos produziram quase 800 galerias com imagens das atividades desenvolvidas pela Assembleia, pelos parlamentares e em pautas especiais.

Além das reportagens especiais produzidas em parceria com os demais veículos da Casa, a Agência AL veiculou em 2021 a série Supera SC, que mostrou histórias de adaptação à nova realidade imposta pela Covid-19 e os feitos realizados por profissionais que tiveram que se reinventar ao longo da pandemia.

A Agência AL contabilizou, até 14 de dezembro, 464.746 acessos, com 926.523 pageviews e 258.474 usuários diferentes.

Redação da Diretoria de Comunicação Social da Alesc

# Redes Sociais

Presente no Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e WhatsApp, o Parlamento catarinense somava 234,8 mil seguidores até o dia 10 de dezembro de 2021, um aumento de 10% com relação ao ano anterior. Em números absolutos, a Alesc está entre as assembleias com mais seguidores. As postagens de feed alcançaram cerca de 13,5 milhões de visualizações.

Ganharam destaque também os debates sobre os projetos de lei, publicados no formato de enquetes, tanto no feed, como nos Stories. Mas a inovação também esteve presente, com o quadro “E aí, sabia dessa?”, produzido e editado pela equipe de redes sociais da Casa. Em parceria com a TVAL, o Conecta é transmitido ao vivo, diariamente, pelo Facebook, com chamadas no Twitter e os bastidores da produção nos Stories.

Os programas Fala, Deputado e Na Estrada com linguagem mais dinâmica têm espaço de destaque nas redes sociais da Alesc.

# Presença e conteúdos ampliados:

- Aumento de 148% na produção de conteúdo de feed no Facebook e 95% no Instagram;
- Aumento de 45% no número de inscritos no YouTube, chegando a 45,6 mil;
- Aumento de 117% no número de comentários no Instagram;
- Mais de 934 mil visualizações nos Stories;
- Foram 2,1 mil tweets que alcançaram 1,12 milhão de visualizações;
- São 5,8 mil contatos nas listas de transmissão do WhatsApp.

Redação da Diretoria de Comunicação Social da Alesc

# Relatório de atividades 2021

**Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**
**19ª Legislatura**
**3ª Sessão Legislativa**

**Mesa Diretora**
Presidente: Deputado Mauro de Nadal (MDB)
1º Vice-Presidente: Deputado Nilso Berlanda (PL)
2º Vice-Presidente: Deputado Kennedy Nunes (PTB)
1º Secretário: Deputado Ricardo Alba (PSL)
2º Secretário: Deputado Rodrigo Minotto (PDT)
3º Secretário: Deputado Padre Pedro Baldissera (PT)
4º Secretário: Deputado Laércio Schuster (Podemos)

**Parlamentares**
Ada Faraco de Luca (MDB)
Ana Campagnolo (PSL)
Altair Silva (PP) - Licenciado
Bruno Souza (Novo)
Coronel Mocellin (PSL)
Dr. Vicente Caropreso (PSDB)
Fabiano da Luz (PT)
Felipe Estevão (PSL)
Fernando Krelling (MDB)
Ismael dos Santos (PSD)
Ivan Naatz (PL)
Jair Miotto (PSC)
Jerry Comper (MDB)
Jessé Lopes (PSL)
João Amin (PP)
José Milton Scheffer (PP)
Julio Garcia (PSD)
Luciane Carminatti (PT)
Luiz Fernando Vampiro (MDB) - Licenciado
Marcius Machado (PL)
Marcos Vieira (PSDB)
Marlene Fengler (PSD)
Mauricio Eskudlark (PL)
Milton Hobus (PSD)
Moacir Sopelsa (MDB)
Nazerno Martins (PSB)
Neodi Saretta (PT)
Paulinha (sem partido)
Romildo Titon (MDB)
Sargento Lima (PL)
Sergio Motta (Republicanos)
Valdir Cobalchini (MDB)
Volnei Weber (MDB)

**Deputados suplentes no exercício do mandato em 2021**
Adrianinho de Martini (PT)
Dirce Heiderscheidt (MDB)
Jean Kulhmann (PSD)
Rudinei Floriano (PSL)
Silvio Dreveck (PP)
Tati Teixeira (MDB)
Tiago Frigo (PSL)

**Expediente:**
Diretor de Comunicação Social: Dayan Gaultyer Schütz
Coordenador da Agência AL: Nikolas Stefanovich
Edição: Marcelo Espinoza
Textos: Alessandro Bonassoli, Ney Bueno, Lisandrea Costa, Alexandre Back e Marcelo Espinoza
Fotos: Vicente Schmitt, Bruno Collaço, Rodolfo Espínola e Solon Soares

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA